

☐ **REQUERIMENTO** Número /XIV
(.ª)

☒ **PERGUNTA** Número /XIV
(.ª)

Assunto: Tentativa de censura da China à Teledifusão de Macau

Destinatário: Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Uma diretiva recente da Teledifusão de Macau (TDM) veio exigir aos jornalistas da Região Administrativa Especial de Macau uma adesão ao “princípio de patriotismo” e de “amor a Macau”, proibindo assim a divulgação de informações e opiniões contrárias às políticas da República Popular da China e efetivamente condicionando o princípio de liberdade de imprensa e expressão, o que já levou à demissão de cinco jornalistas da Rádio Macau e de uma jornalista do canal de televisão em língua portuguesa.

Com esta pretensão de censura – prática costumária do governo chinês –, que neste caso acarreta igualmente a ameaça de despedimento com justa causa em caso de não-cumprimento da mesma, as autoridades chinesas visam transformar a TDM em mais um órgão de propaganda do regime. Relembre-se que, de acordo com o artigo 27.º da Lei Básica de Macau, “os residentes de Macau gozam da liberdade de expressão, de imprensa, de edição, de associação, de reunião, de desfile e de manifestação, bem como do direito e liberdade de organizar e participar em associações sindicais e em greves.”

Esta investida das autoridades chinesas representa mais uma evidência da génese da ação política chinesa, tanto doméstica como internacional, baseada na supressão aos direitos e liberdades civis de inúmeras populações e, neste caso, aos habitantes das chamadas Regiões Administrativas Especiais.

Outros casos igualmente flagrantes incluem a interferência na autonomia de Hong Kong desde 2019 para silenciar milhares de jovens ativistas de direitos humanos e defensores da democracia, perseguidos e cercados pelas forças de segurança, tendo estes protestos culminado com uma lei de segurança nacional imposta à região, ou mesmo as crescentes perseguições a pessoas tibetanas e uigures, bem como as recentes incursões aéreas chinesas à Ilha de Taiwan.

Estas pressões exercidas pelo governo liderado por Xi-Jinping são inaceitáveis e em tudo contrárias aos preceitos estabelecidos na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau e na Lei Básica de Macau. Importa, por isso, que o governo português tome uma posição firme contra este desrespeito flagrante pelos direitos civis e humanos com vista a travar os avanços expansionistas ilegais perpetrados pela China.



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Não considera o governo que as diretrizes transmitidas pela TDM aos jornalistas do serviço de rádio em língua portuguesa da Região Administrativa Especial de Macau constituem mais uma tentativa de supressão de direitos e liberdades civis por parte do regime chinês? Se sim, que medidas pretende tomar para salvaguardar o respeito dos princípios da liberdade de imprensa e de informação? Se não, por que motivos?
2. Que diligências políticas e diplomáticas está o governo de Portugal disposto a encetar junto das autoridades chinesas com vista a reforçar o monitoramento e cumprimento da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa sobre a Questão de Macau e, por conseguinte, a aplicação da Lei Básica por parte da China?
3. No âmbito da presidência do Conselho da União Europeia, está o governo preparado para garantir que os abusos do governo chinês sejam incluídos no topo da agenda de todas as discussões formais tidas entre a UE e o presidente Xi Jinping e outros líderes chineses, e sobretudo encetar todas as diligências políticas e diplomáticas a nível da UE para expor e solucionar estas situações?

Palácio de São Bento, 30 de março de 2021

Deputado(a)s,
ALEXANDRA VIEIRA
JORGE COSTA
PEDRO FILIPE SOARES